



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

07 DE DEZEMBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF

DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA
ANUNCIANDO ADOÇÃO DE NOVAS
MEDIDAS ECONÔMICAS

Brasileiros, compatriotas de todas as regiões do Brasil:

Desde o primeiro momento, em que assumi as responsabilidades do Governo, senti claramente que não poderia realizar os anseios da sociedade brasileira de prosperidade econômica e bem-estar social sem atacar, como medida prioritária, o grave problema da inflação.

A inflação incontrolada é o inimigo insidioso que solapa as bases da tranquilidade social e da estabilidade política. Ela mina, sorrateira, os próprios alicerces da sociedade, porque desestimula e distorce os investimentos produtivos, criadores de emprego, e gera pressões perniciosas de desequilíbrio do balanço de pagamentos internacionais. No primeiro caso, acirram-se os ânimos e as insatisfações das camadas mais numerosas da população, e no segundo, compromete-se a soberania nacional, pela dependência em que coloca o País, ao sabor de interesses e pressões internacionais.

Por isso mesmo, tive a preocupação de inscrever, como premissa básica nas Diretrizes Econômicas do meu Governo, que o combate à inflação constitui prioridade fundamental. A recessão econômica está inteiramente afastada de meus propósitos, mas, para evitá-la e alcançar os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é imperioso debelar a inflação. É dentro desse contexto, com esse objetivo e essa finalidade, que estou utilizando esta oportunidade para anunciar à Nação um elenco de importantes medidas na área econômica. Já tivemos tempo suficiente, ao chegar ao final deste ano de 1979, para bem avaliar a gravidade dos problemas que enfrentamos na conjuntura presente, conseqüências, em dúvida, em grande parte, da pesada recessão que desabou sobre os grandes países industriais, em 1974, após a crise do petróleo.

Sinto, nas manifestações de todos os segmentos da sociedade brasileira, a necessidade imperiosa de adotar medidas corajosas e urgentes, para reordenar os rumos da economia nacional. Precisamos mobilizar o País para o esforço de recuperação. Precisamos mobilizar todas as vontades nacionais para vencer o inimigo desestabilizador da ordem e da paz social — a inflação. Precisamos mobilizar todos os esforços, a capacidade e a inteligência empresarial dos nossos homens de negócios, para ordenar as contas internacionais do nosso Balanço de Pagamentos.

Estamos anunciando, hoje, um reajustamento importante da taxa cambial, que, talvez, já devêssemos ter promovido há alguns meses, não fosse a preocupação de nos assegurarmos, antes, de um conjunto de medidas e providências capazes de propiciar, daqui para a frente, um controle mais efetivo e seguro sobre as fontes de pressão inflacionária.

A inflação está nos chegando, hoje, por sinuosos e variados caminhos.

A frustração das safras agrícolas, principalmente de cereais, nos últimos três anos, gerou forte pressão autônoma sobre a alta dos preços dos alimentos, ao mesmo tempo que reduziu nossas possibilidades de exportação e nos impôs pesadas importações, para garantir o abastecimento do mercado interno.

As limitações orçamentárias da União, ao mesmo tempo que o Governo Federal se via obrigado a socorrer as economias de muitos estados e municípios, assolados por repetidas secas, geadas e inundações, nos obrigaram, por sua vez, a recorrer à expansão monetária, para atender às calamidades e, ao mesmo tempo, sustentar o sistema de subsídios ao consumo de alguns produtos essenciais, de que são exemplo o trigo, a carne, o açúcar, o leite e outros alimentos.

Agravou-se, assim, seriamente, nos últimos anos, o déficit do setor público, não evidenciado nos orçamentos federais e que assume, atualmente, proporções insuportáveis.

Pouca gente se dá conta, ainda hoje, das dificuldades com que o Governo se defronta para subsidiar, com cerca de um bilhão de dólares anuais, o consumo de trigo.

Por outro lado, persistia o forte desequilíbrio nos planos das empresas estatais, freqüentemente resolvidos, de maneira imprópria e inflacionária, mediante o recurso às fontes de financiamento externo.

Finalmente, destacam-se os efeitos perversos da escalada de preços do petróleo e da inflação importada, cujas repercussões talvez ainda não possamos avaliar de-

vidamente, tal o impacto que produziu e ainda está produzindo sobre a economia mundial.

O meu Governo está tratando de dar as respostas mais adequadas, ao nosso alcance, para conjurar cada uma dessas causas.

À insuficiência da produção de alimentos e à descapitalização da Agricultura, respondemos com uma corajosa política de crédito rural e de garantia de preços mínimos.

A racionalidade de uma política salarial justa e equitativa foi reassegurada por lei do Congresso, recentemente sancionada, que coloca sobre a mesa das negociações salariais a produtividade e não a inflação. Na mesma direção daremos, ainda este mês, tratamento mais justo à remuneração do servidor público civil e militar.

Os dispêndios públicos estão sendo disciplinados, ao mesmo tempo que se exerce rigoroso controle sobre os planos de investimentos das empresas públicas, com o sentido de cortar os excessos inflacionários e subordinar a realização dos novos projetos à efetiva disponibilidade de recursos.

Resta-nos, por fim, equacionar — como estamos fazendo — a necessidade de reduzir as importações de petróleo, mediante a racionalização do consumo, e de promover a utilização das fontes alternativas de energia de que o Brasil dispõe em abundância.

Todo o esforço da política econômica governamental recente tem sido o de procurar atacar as raízes do processo de desequilíbrio interno e externo, que se vêm aprofundando na economia brasileira, nos últimos anos.

A ênfase inicial foi a de atuar intensamente no sentido de recuperar o controle da inflação, cujos níveis atuais — excessivamente altos — contribuem para reduzir a eficiência do sistema produtivo e agravar o peso do ônus social que representa, especialmente para as classes trabalhadoras.

Dentro do mesmo contexto, estabeleceu-se um programa integrado e coerente de controle de preços críticos que, uma vez ultrapassada a fase inicial de reajustes corretivos, deverá contribuir para a atenuação do ritmo inflacionário, especialmente pela harmonização dos reajustes de preços com os reajustes salariais. Finalmente, impôs-se disciplina ao sistema financeiro com a administração flexível das taxas de juro e reestruturação do mercado aberto, dentro do pressuposto de que o redutor de taxas é, antes de mais nada, um importante redutor das expectativas inflacionárias.

Cabe-me anunciar, agora, o início de um programa gradual, porém firme, de redução da massa de subsídios creditícios que, hoje, estão situados muito acima do que seria justificável para atender aos objetivos prioritários da Nação e que, pelo excesso quantitativo, limitam-se substancialmente a execução da política monetária.

O objetivo dessa nova orientação é o de quebrar a rigidez das taxas nominais de juro, que tanto contribuíram para a geração de um processo cumulativo e exagerado de demanda dos recursos subsidiados e para a realimentação contínua das expectativas inflacionárias.

Mesmo nos casos ainda preservados de taxas prefixadas, para o custeio e investimento agrícolas, assim como para as exportações, será obedecido o princípio de reajustes periódicos, com base em uma certa proporção da correção monetária passada. Estamos, dessa forma,

não só rompendo o círculo vicioso da acumulação crescente de recursos subsidiados, mas, também, criando implicitamente um freio à exacerbação das expectativas, na medida em que deixa de ser financeiramente vantajoso apostar no aumento futuro dos preços.

No caso da Agricultura, a eliminação do subsídio será feita paulatinamente, à medida que a recuperação do setor permitir ganhos de produtividade, sempre com a preocupação de manter um tratamento diferenciado para os pequenos e médios produtores.

Com relação às regiões do Norte e do Nordeste, não haverá nenhuma alteração no quadro dos benefícios já concedidos, que permanecerão até o momento em que sejam suficientemente evidentes os resultados dessa política de distribuição de renda.

A redução, assim programada, da massa de subsídios, diretos e indiretos, terá um forte impacto em termos de desaceleração da inflação e, o que é igualmente importante, sem afetar a capacidade de crescimento da economia. Assim, os ganhos duradouros representados pelo controle efetivo da política monetária deverão superar os efeitos transitórios e localizados dos aumentos, na fase corretiva de custos financeiros e de preços finais de alguns produtos. Trata-se, em última instância, de caminhar no sentido de eliminar o artificialismo nos preços, que consagra o desperdício de recursos e cria as condições para transferências altamente regressivas no processo de distribuição da renda nacional. É ilustrativo o caso do trigo subsidiado, utilizado como ração animal. Da mesma forma, na área do crédito, objetiva-se inverter nos próximos anos a situação atual, em 80% do total do crédito doméstico é subsidiado, restando apenas 20% para a faixa livre de mercado. A revisão dos

subsídios permitirá a expansão gradual da faixa livre de crédito, criando, inclusive, condições objetivas para a queda das taxas de juros.

Finalmente, é importante compreender que é na redução do déficit público e concomitante expansão do crédito livre que reside a chave da política de combate à inflação sem crises de liquidez e, portanto, sem caráter recessivo.

Como se pode verificar, houve a determinação do Governo de, ainda este ano, preparar o terreno para que se possa, ao longo de 1980, inverter a tendência inflacionária. O conjunto de medidas revela o cuidado em não lançar mão de qualquer expediente de conteúdo recessivo, mas, pelo contrário, mostra a preocupação de explorar inteligentemente os graus de liberdade existentes na economia brasileira, resumidos nas margens ociosas do setor agrícola e de alguns setores industriais, assim como de facilitar os canais de acesso ao mercado externo, que constituem os elementos de harmonização entre desaceleração inflacionária e crescimento econômico.

É necessário, agora, atacar, também com a mesma objetividade, as raízes do processo de desequilíbrio externo. Não há dúvida que o sucesso na política de combate à inflação implicitamente irá contribuir favoravelmente para o processo de ajustamento do Balanço de Pagamentos. É necessário, porém, ir muito além da simples contrapartida monetária desses desequilíbrios, reconhecendo que parcela ponderável do desajuste de nossas contas externas reflete uma mudança de natureza estrutural e de caráter permanente, associada à radical alteração nos preços do petróleo. Esta mudança, sem precedentes em sua intensidade e rapidez, deixou sua marca profunda e indelével na relação entre preços de exportação e de importação em todo os países dependentes da

importação de petróleo. Ela terá de ser internalizada ou absorvida: a longo prazo, pela substituição das fontes externas de energia por alternativas domésticas, em resposta aos estímulos decorrentes da própria alteração nos custos internos de diferentes fontes energéticas; e a curto e médio prazos, por medidas de política econômica que, em última instância, ajustem os níveis de consumo e investimento à nova realidade de uma receita global que foi, abruptamente, reduzida pela imposição do imposto externo representado pelo aumento do preço do petróleo.

A política energética brasileira é peça fundamental para a correção, a prazo mais longo, do desequilíbrio externo, na medida em que ela representa, de fato, uma profunda alteração em nossa estrutura interna de produção. Essa mudança, que deverá marcar o curso da economia brasileira nos próximos anos, está sintetizada na possibilidade de exploração de um vasto potencial de recursos naturais, cuja viabilidade econômica é consequência direta da elevação dos preços de petróleo. A fim de acelerar essa transformação, o Brasil vem adotando uma corajosa política de reajuste em níveis estritamente realistas dos preços dos derivados do petróleo, racionalizando seu uso e criando as condições de rentabilidade para a expansão da oferta de substitutos nacionais. Além deste estímulo por via de preços, estamos consolidando e ampliando recursos tributários e financeiros vinculados especificamente a programas prioritários, como álcool e carvão, além da continuidade do esforço intenso de exploração de novos campos de petróleo, ampliação da energia hidráulica e implantação do programa nuclear.

Essa estratégia de diversificação das fontes domésticas de energia, além de sua contribuição direta e cres-

centemente positiva sobre a balança comercial, traz em seu bojo a oportunidade concreta para um surto de expansão e modernização do setor primário da economia, com decisivas conseqüências no que diz respeito à elevação da capacidade de absorção de mão-de-obra e diminuição dos fluxos migratórios em direção às grandes cidades. Outra importante dimensão qualitativa é aquela representada pela incorporação efetiva do setor privado à área energética, o que representa grande passo na consolidação do sistema de mercado em que se baseia a economia brasileira.

Quero anunciar, também, à Nação, uma mudança significativa na atitude do Governo Brasileiro em relação à política de pesquisa e exploração de petróleo no País, que pretendo orientar com maior liberdade e amplitude, dentro do mesmo esforço de procurar, por todos os meios, fontes alternativas aos combustíveis importados.

É forçoso reconhecer, contudo, que o processo de reestruturação energética, a despeito de todas as condições excepcionais apresentadas pela economia nacional, exigirá um tempo relativamente longo para sua maturação plena. Nesse ínterim, temos que procurar outros mecanismos de ajuste aos desequilíbrios externos, visando à eliminação gradual do déficit em transações correntes. Alguns países desenvolvidos, como o Japão, e grande parte da Europa, realizaram seus ajustamentos de maneira relativamente rápida, através de um deliberado processo recessivo, que reduziu as importações e ampliou os excedentes exportáveis, passando a conviver, daí por diante, com menores taxas de crescimento econômico. Essa fórmula é inaceitável para um país com as características do Brasil, pelo custo social que estaria associado à elevação, ainda que temporária, das taxas de

desemprego e da queda nos níveis de renda real da população.

Além disso, a redução do nível de investimentos tornaria ainda mais lento e socialmente doloroso o processo de alteração de nossa matriz energética, no sentido de menor dependência externa. A contrapartida de um ajustamento gradual — único viável social e politicamente — teria de ser um crescimento relativamente mais rápido de nosso endividamento externo. Na realidade, o que de fato está ocorrendo é que o resto do mundo passou a financiar aquela parcela de excesso de consumo e investimento que relutamos em eliminar de imediato, face à diminuição de nossa renda real, após a imposição do imposto representado pelo aumento do petróleo. Foi justamente por ter acesso a esses recursos no mercado internacional que o Brasil pôde, até agora, atravessar as fases mais difíceis da crise mundial, mantendo sua capacidade de crescimento e de geração de empregos acima da expansão da força de trabalho. Dentro dessa concepção, entende-se o endividamento externo acelerado como uma alternativa estratégica legítima, porém necessariamente temporária, utilizada apenas enquanto se promovem os ajustamentos fundamentais na balança comercial, que não poderá assumir uma feição cronicamente deficitária.

Nosso problema atual é justamente assegurar a continuidade desse processo gradual de ajustamento, criando as condições efetivas para, de imediato, sustentar a manutenção do fluxo de recursos que financia nosso déficit em transações correntes e, já no final do próximo ano, buscar o equilíbrio em nossa balança comercial. Dessa forma, estaremos criando as condições objetivas para o equacionamento adequado e não traumático de nosso endividamento externo.

É dentro desta visão — que nos parece absolutamente realista no plano econômico, social e político — que se impõe a urgente atualização de nossa taxa de câmbio.

Essa desvalorização não representa o fim da política de mini-desvalorizações do cruzeiro, que vem sendo praticada com grande sucesso desde 1968. Pelo contrário, ela foi realizada justamente para assegurar a sua manutenção, uma vez internalizada definitivamente a pressão exógena representada pela mudança na relação dos preços de nossas importações, «vis-a-vis» o preço de nossas exportações, provocada pela crise do petróleo.

A partir desse novo patamar, voltamos à política convencional de desvalorizações em intervalos curtos e irregulares, levando em conta a diferença entre a inflação interna e a inflação mundial e buscando sempre assegurar um nível adequado de rentabilidade ao setor exportador, de forma a evitar, simultaneamente, qualquer estímulo artificial às importações.

A alteração na taxa cambial se insere, portanto, no contexto geral de caminharmos na direção de preços realistas e, sempre que possível, dispensarmos o uso de artifícios representados pelos subsídios e incentivos.

Com esse novo nível da taxa cambial, poderemos eliminar os incentivos fiscais às exportações, representados pelos créditos fiscais do IPI e do ICM. Essa medida, além de extramamente simplificadora no que diz respeito às relações entre o Estado e o setor privado, contribuirá, adicionalmente, para a geração de excedentes fiscais, já ao longo do próximo ano, sendo, portanto, extremamente coerente com as medidas anteriormente anunciadas de combate à inflação.

Por outro lado, o impacto transitório da desvalorização sobre o custo dos produtos importados será minimizado pela eliminação simultânea dos depósitos prévios de importação e de viagens e, também, pelo fato de que, no reajuste recente do preço dos derivados de petróleo, essa variável já foi incorporada antecipadamente.

Particularmente beneficiados com essa mudança serão os produtos primários que, como é sabido, não contavam anteriormente com os benefícios fiscais, e para os quais, portanto, a desvalorização representa um acréscimo líquido integral de benefícios. Entretanto, para evitar que parcela desse benefício seja pura e simplesmente transferida para o exterior, através de uma rebaixa desnecessária de preços, inclusive com perdas nas relações de trocas internacionais e de receita cambial para o País, é que estamos, simultaneamente com a mudança cambial, instituindo o imposto de exportação para diversos produtos primários, passíveis de colocação no mercado externo. Esse imposto será eliminado gradualmente. Essa receita, além de representar nova contribuição para diminuição do déficit público, poderá ser eventualmente utilizada como fonte de recursos para programas especiais de compensação por custos adicionais insuportáveis de algumas empresas privadas nacionais.

Esse reajuste maior no valor externo do cruzeiro era também inadiável, a fim de permitir a conciliação entre a ação continuada da política cambial e sua interferência no processo de absorção de recursos externos. Como dissemos anteriormente, o sucesso do ajuste gradual no Balanço de Pagamentos depende de nossa capacidade de manter um fluxo adequado de recursos financeiros externos.

Finalmente, à determinação do Governo de obter o equilíbrio nas contas comerciais já ao final de 1980, e o reconhecimento de que o setor público é menos sensível às variações de custo que o setor privado, levou-nos a estabelecer um rigoroso orçamento de importações para a União, estados, municípios e empresas estatais. Esse orçamento fixa, como critério básico, que o valor das importações pelo setor público (exclusive petróleo) será, em 1980, inferior em pelo menos 20% ao valor nominal das importações em 1979. Esse corte sensível nas importações do setor público dará margens de acomodação para eventuais flutuações dos gastos com petróleo, além de evitar uma compressão desproporcional ao nível de importações do setor privado.

Devo mencionar, ainda, uma medida de profundo alcance para a indústria nacional, qual seja a revisão — há tanto tempo cogitada — do sistema de «similar nacional», para efeito da política de importação de máquinas e equipamentos.

Com as exceções recomendadas para os casos de relevante interesse nacional e de preservação das prioridades atribuídas aos investimentos nas áreas da SUDAM e da SUDENE, estamos determinando orientação no sentido de que a proteção ao trabalho nacional se faça, basicamente, pela via do imposto de importação. Com isso, simplifica-se, enormemente, a pesada burocracia a que estava submetida a aprovação de importantes projetos industriais. Por outro lado, elimina-se a parafernália de leis, decretos e portarias que, em consequência do processo anterior, havia sido criada como contrapartida das regalias concedidas à importação.

Esse conjunto de medidas procura atacar as causas fundamentais da inflação e do desequilíbrio de nossas

contas externas. São decisões corajosas de política econômica, todas, porém, cuidadosamente delineadas dentro de uma concepção de ajustes graduais, em que se asseguram, simultaneamente, as condições para a manutenção do processo de crescimento econômico. São também coerentes com a determinação de simplificar o funcionamento da economia brasileira, tornando o processo de decisão empresarial menos sujeito a regras burocráticas e mais voltado para a busca da eficiência e da competitividade.

Iniciaremos o próximo ano com o controle efetivo da política fiscal, monetária e cambial, ao lado de uma inteligente política salarial, que estão agora absolutamente sintonizadas entre si, criando uma nova perspectiva de resultados concretos na queda da inflação e na redução do déficit externo. Estamos, também, consolidando objetivos setoriais claramente definidos, em que o setor agrícola, o energético e o de exportações passam a ser os elementos dinâmicos do processo de crescimento, de forma coerente com as metas conjunturais de correção dos desequilíbrios internos e externos.

O que precisamos é apenas de compreensão, paciência e trabalho de todos nós. O Brasil tem condições inequívocas — pela potencialidade de seus imensos recursos naturais, pela vitalidade de sua economia, pela expressividade de sua atividade empresarial e pela capacidade de sua força de trabalho — de superar as dificuldades da hora presente e construir, nos anos próximos, uma sociedade moderna, econômica e politicamente aberta, na qual as oportunidades de ascensão social e de melhoria da qualidade da vida sejam cada vez mais ampliadas. É para esse desafio que convoco, com fé e confiança em Deus, toda a Nação Brasileira.

Muito obrigado.